

ACM admite negociar o pagamento

SALVADOR — O governador Antônio Carlos Magalhães está disposto a negociar o pagamento da dívida de US\$ 1,3 bilhão da Bahia para com o Governo federal, “desde que não haja proteção de um Estado em detrimento de outro”. Ele está convencido da necessidade de todos se adaptarem às dificuldades do momento, mas duvida que as regras sejam justas.

Na opinião de Antônio Carlos, o principal problema, não só para a cobrança das dívidas dos Estados como para a execução dos demais itens do novo plano econômico, está na falta de credibilidade do Governo. A seu ver, o presidente Itamar Franco está mais preocupado em fazer política, o que deverá comprometer o sucesso das medidas.

— As regras têm que ser as mesmas para todos os Estados e todos os Estados têm que fazer um esforço, porque os superiores interesses da Nação exigem que se faça um trabalho imenso para debelar a inflação — disse.

No total, a dívida externa da Bahia com o Governo federal chega a US\$ 2,4 bilhões, segundo di-

vulgou ontem a Secretaria estadual da Fazenda. Desse montante, US\$ 1,3 bilhão estão sujeitos a refinanciamento, sendo que US\$ 1,1 bilhão se referem à dívida para com a CEF, à qual o Estado não paga desde 1986.

O restante da dívida, não refinanciável, é composto por US\$ 600 milhões correspondentes a empréstimos de bancos estrangeiros; US\$ 400 milhões, do Tesouro Nacional; e US\$ 100 milhões em obrigações sociais.

Fora do Governo federal há US\$ 200 milhões relativos a títulos da dívida mobiliária e US\$ 100 milhões devidos a bancos privados, somando uma dívida externa de US\$ 2,7 bilhões.

●**PREFEITURA** — A prefeitura de Salvador tem uma dívida de Cr\$ 8 trilhões (cerca de US\$ 350 milhões) com o Governo federal. A dívida pública a maior, está em Cr\$ 2,9 trilhões, seguindo-se a dívida com o INSS (Cr\$ 2,5 trilhões) e FGTS (Cr\$ 1,08 trilhão). O restante está pulverizado entre o PIS/Pasep, Imposto de Renda e CEF.